



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Antonio de Melo e Lima

108

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0155547-5

APELANTE: José Almir Pereira de Lima

APELADO: Ministério Público Estadual

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

REVISOR: Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. José Correia de Araújo

ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA CRIMINAL

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. LESÃO CORPORAL GRAVÍSSIMA. DEFORMIDADE PERMANENTE. INOCORRÊNCIA. CICATRIZ QUE NÃO GERA REPUGNÂNCIA, VEXAME OU VERGONHA. RECLASSIFICAÇÃO PARA LESÃO LEVE. LESÃO CORPORAL PRIVILEGIADA. NÃO APLICAÇÃO AO CAPUT DO ART. 129, CP. CIÚME. MOTIVO FÚTIL. NÃO CONFIGURAÇÃO. EMBRIAGUES VOLUNTÁRIA PREORDENADA. AGRAVANTE MANTIDA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Se a prova material da prática de lesões graves, comprova que a cicatriz de 3cm deixada na vítima não configuraria dano estético considerável, desfiguração notável ou chocante assimetria, deve ser afastada a qualificação, reclassificando-se a conduta no artigo 129, caput, do CP.

2. A hipótese de lesão privilegiada, presente no § 4º do artigo 129, CP, se refere às formas qualificadas de lesão corporal, presentes nos §§ 1º, 2º e 3º do mesmo artigo, não se aplicando à lesão corporal de natureza leve (*caput* do 129).

3. O ciúme não caracteriza motivo fútil capaz de agravar a pena.

4. Comprovado que a embriaguez do réu foi preordenada, deve ser mantida a incidência da agravante prevista no art. 61, I, CP.

5. Recurso parcialmente provido. Decisão Unânime.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Antonio de Melo e Lima

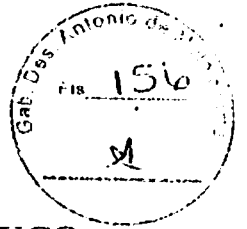
109

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Criminal nº 0155547-5, da Comarca de Recife em que figuram, como apelante, José Almir Pereira de Lima e, como apelado, o Ministério Público do Estado de Pernambuco, acordam os Desembargadores componentes da 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão do dia 17/12/2009, por decisão unânime, em dar provimento parcial ao presente recurso, tudo conforme consta do relatório e dos votos digitados em anexo, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 17 de dezembro de 20 09.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Antonio de Melo e Lima

110

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0155547-5

APELANTE: José Almir Pereira de Lima

APELADO: Ministério Público Estadual

RELATOR: Desembargador ANTONIO DE MELO E LIMA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. José Correia de Araújo

ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA CRIMINAL

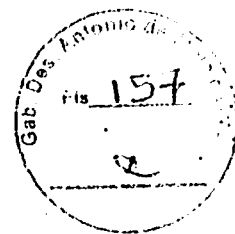
RELATÓRIO

José Almir Pereira de Lima, através de defensor legalmente habilitado, apela contra a sentença proferida pelo Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca da Capital, a qual condenou o recorrente ao cumprimento da pena definitiva de 03 anos de reclusão, pela prática do crime tipificado no artigo 129, § 2º, inciso IV do Código Penal (lesão corporal gravíssima por deformidade permanente).

De acordo com a denúncia, constante nas folhas 02 a 04 dos autos, o recorrente José Almir Pereira de Lima, no dia 19 de março de 2000, por volta das 20:30 horas, desferiu vários socos e pontapés na vítima Tarciana Carvalho Pereira Callado, sua então companheira, nas imediações do terminal de ônibus do Córrego de Areia, no bairro de Nova Descoberta, nesta cidade do Recife.

Nas razões recursais de folhas 124 a 134 dos autos, o recorrente pugna pela reforma da sentença, para que: a sua conduta seja desclassificada de lesão corporal gravíssima para lesão corporal privilegiada; seja reconhecida a inexistência das agravantes contidas nos artigos 61, inciso II, alíneas "a" e "l"; e, por fim, seja decretada a extinção da punibilidade pela ocorrência do instituto da prescrição.

O Ministério Público, nas contra-razões de folhas 137 a 143, requer seja improvido o recurso interposto pela defesa, para que seja mantida a sentença condenatória atacada em todos os seus termos.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

111

Gabinete Desembargador Antonio de Melo e Lima

Instada a se manifestar, a douta Procuradoria de Justiça, através do Doutor José Correia de Araújo, 9º Procurador de Justiça Criminal, ofereceu o respeitável parecer constante nas folhas 152 e 153 dos autos, opinando pelo não provimento da apelação interposta, no sentido de ser mantida a sentença condenatória nos termos em que foi proferida.

É o relatório. À douta revisão.

Recife, 14 de

de 2008.

Desembargador Antonio de Melo e Lima,
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Antonio de Melo e Lima

112

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0155547-5

APELANTE: José Almir Pereira de Lima

APELADO: Ministério Público Estadual

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

REVISOR: Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. José Correia de Araújo

ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA CRIMINAL

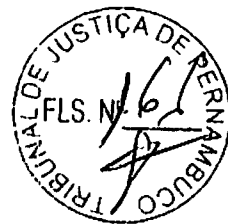
VOTO DO RELATOR

Senhores Desembargadores:

Nas razões recursais de folhas 124 a 134 dos autos, o recorrente pugna pela reforma da sentença. O seu apelo tem 03 (três) fundamentos distintos, quais sejam: desclassificação da conduta pela qual foi condenado, de lesão corporal gravíssima (artigo 129, § 2º, inciso IV) para lesão corporal “privilegiada” (artigo 129, § 4º); reconhecimento da inexistência das agravantes contidas nos artigos 61, inciso II, alíneas “a” e “l” (por motivo fútil e em estado de embriaguez preordenada); e, decretação da extinção da punibilidade pela ocorrência do instituto da prescrição.

Segundo o apelante existe disparidade entre a perícia inicial constante na folha 23 e a perícia complementar presente na folha 31 dos autos, posto que tais exames descreveriam lesões diversas. Assegura o recorrente que a única lesão definitiva mencionada no exame complementar não teria sido analisada na perícia inicial. Com isso, afirma que a referida lesão definitiva não teria qualquer relação com o fato ocorrido no dia 19 de março de 2000.

Ainda com relação à lesão corporal propriamente dita, o apelante sustenta que a suposta “deformidade permanente” mencionada na perícia complementar é uma cicatriz na face de apenas 1 (um) centímetro, imperceptível a olho nu, e como tal não seria capaz de caracterizar a deformidade permanente a que se refere o inciso IV do § 2º do artigo 129.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

113

Gabinete Desembargador Antonio de Melo e Lima

Com relação às agravantes reconhecidas na sentença, a peça recursal afirma que o ciúme, elemento motivador do crime praticado, e que foi levado em consideração pelo Juízo sentenciante para agravar a pena, não caracteriza o motivo fútil a que alude o artigo 61, II, "a". Quanto à sua embriaguez, sustenta o apelante que foi voluntária, porém não preordenada, não incidindo, no caso, a alínea "l" do mesmo artigo 61, II.

No que pertine à suposta ocorrência da prescrição retroativa (folha 134), assegura o recorrente que qualquer pena que venha a ser a ele aplicada não poderá ultrapassar o limite de 02 (dois) anos. Já tendo decorrido o período de mais de 04 (quatro) anos entre o fato delituoso (19/03/2000) e a sentença condenatória (27/11/2006), já incidiria, no caso, o instituto da prescrição.

Por fim, assegura o apelante que a sua conduta se amolda ao artigo 129, § 4º (lesão corporal com causa de diminuição de pena de 1/6 a 1/3), posto que teria praticado o crime impelido por motivo de relevante valor moral, uma vez que estaria sendo traído por sua companheira.

Analisando detidamente todo o amearhar documental probatório constante nos autos, tenho que, pelo menos em parte, assiste razão ao ora recorrente.

É indubitável a materialidade do crime, conforme demonstra a perícia traumatológica de folha 23, bem como o exame complementar constante na folha 31 dos autos.

Com relação ao argumento do apelante, segundo o qual existiria disparidade entre as perícias inicial e complementar, a análise detida dos documentos constantes nas folhas 23 e 31 dos autos, demonstra que não há qualquer disparidade a ser levada em consideração no presente julgamento. Restou evidente que a "Ferida suturada com bordos equimados, irregulares e edemaciados na região orbitária inferior direita medindo cerca de 20mm" mencionada no documento de folha 23, tem total relação de causalidade com a



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Antonio de Melo e Lima

114

“cicatriz hipertrófica na região malar direita medindo 10 (dez) milímetros” citada no exame de folha 31, sobretudo após confrontação com as fotografias constantes na folha 94, nas quais se percebe uma pequena cicatriz na face da vítima, exatamente na região orbitária inferior direita (um pouco abaixo do olho direito). Sendo assim, vislumbro que a lesão definitiva no rosto da vítima tem sim relação com o fato ocorrido no dia 19 de março de 2000.

Por outro lado, merece prosperar a tese do apelante no que diz respeito à inexistência de deformidade permanente, a ensejar a desclassificação do delito, de lesão corporal gravíssima, para lesão corporal leve.

As fotografias constantes na folha 94 dos autos, demonstram que a cicatriz na face da vítima que ensejou o reconhecimento da suposta deformidade permanente, é bem pequena. De acordo com o exame complementar constante na folha 31, tal cicatriz mede 10 (dez) milímetros, ou seja, 01 (um) centímetro.

Deve-se mencionar ainda que, além de sua pequenez, tal cicatriz é quase imperceptível a olho nu. Na análise das fotografias constantes na folha 94, à primeira vista, sequer se percebe a existência da lesão. Somente com uma análise atenta e criteriosa das fotografias é possível a efetiva visualização da cicatriz referida.

O § 2º do artigo 129 do Código Penal traz o rol das circunstâncias que determinam o reconhecimento da lesão corporal gravíssima, quais sejam: incapacidade permanente para o trabalho; enfermidade incurável; perda ou inutilização de membro, sentido ou função; deformidade permanente; e aborto. Percebe-se, dessa forma, que somente a extrema gravidade da lesão autoriza o reconhecimento do tipo penal previsto no § 2º do artigo 129, cuja pena é de 02 a 08 anos de reclusão.

Doutrina e Jurisprudência já sedimentaram o entendimento de que a pequena cicatriz, que não gera repugnância, piedade, vexame ou vergonha para a vítima, não é capaz de caracterizar a chamada deformidade permanente.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

115

Gabinete Desembargador Antonio de Melo e Lima

Nesse sentido, são os seguintes julgados, provenientes do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e do Tribunal de Justiça de Pernambuco, respectivamente (grifei e destaquei):

EMENTA: APELAÇÃO-CRIME. PRELIMINARES. LEGÍTIMA DEFESA IMPROVADA. DEFORMIDADE PERMANENTE. FOTOS. CICATRIZ VEXATÓRIA. RECLASSIFICAÇÃO. DELITO DO CAPUT DO ARTIGO 129 DO CP. REDIMENSIONAMENTO DA PENA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. 1. Quem agride a vítima a golpe de facão que brigara a socos, com outro, quando caída ao chão não age em legítima defesa. 2. Indigente a prova material da prática de lesões graves, improvada que a cicatriz de 3cm no dorso do nariz causa vexame ou humilhação à vítima, afastada a qualificação, reclassifica-se a conduta no artigo 129, caput, do CP. 3. Redimensionada a pena pelas moduladoras do artigo 59 do CP em 08 meses de detenção, declarada extinta a punibilidade, na forma do artigo 109, VI, pela prescrição retroativa, artigo 110, § 2º, do CP. PARCIAL PROVIMENTO PARA REDEFINIR A CONDUCTA TÍPICA REDIMENSIONAR A PENA, DECLARANDO EXTINTA A PUNIBILIDADE. (Apelação Crime Nº 70008091282, Terceira Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Elba Aparecida Nicolli Bastos, Julgado em 09/02/2006).

PENAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. LESÃO CORPORAL CULPOSA. AUSÊNCIA DE INTENÇÃO DOLOSA AFIRMADA PELA PRÓPRIA VÍTIMA. INAPLICABILIDADE DA QUALIFICADORA DE DEFORMIDADE PERMANENTE (§2º, INC, IV, ART. 129, CP). CICATRIZ QUE NÃO CONFIGURA DANO ESTÉTICO CONSIDERÁVEL, DESFIGURAÇÃO NOTÁVEL OU CHOCANTE ASSIMETRIA.

[Assinatura] 6



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

116

Gabinete Desembargador Antonio de Melo e Lima

PROCEDÊNCIA DO CONFLITO. 1. O contexto processual demonstra com clareza que a lesão corporal produzida na vítima foi de natureza culposa, não tendo o autor qualquer intenção dolosa da prática delituosa, como afirma a própria vítima em entrevista realizada pelo Departamento de Apoio Técnico do DPCA (fl. 09). 2. A lesão corporal culposa, diferentemente da dolosa, não se desdobra em leve, grave e gravíssima. Incabível, portanto, a aplicação da qualificadora de deformidade permanente disposta no §2º, inciso IV, do art. 129, do CP. 3. **Por outro lado, mesmo na hipótese de lesão dolosa, a cicatriz provocada na vítima não configuraria dano estético considerável, desfiguração notável ou chocante assimetria, capaz de qualificar o delito.** 4. Por unanimidade de votos, deu-se procedência ao conflito para declarar a competência do Juiz de Direito do 1º Juizado Especial Criminal da Capital para processar e julgar o feito. **UNANIMEMENTE, DEU-SE PROVIMENTO AO CONFLITO, PARA DECLARAR COMPETENTE PARA PROCESSAR E JULGAR O FEITO, O JUÍZO DE DIREITO DO 1º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DO RECIFE.** (Conflito de competência nº 116417-4. Rel. Roberto Ferreira Lins. 2ª Câmara Criminal. 22/11/2005).

No já referido exame complementar, consta expressamente que da ofensa resultou “deformidade permanente pela cicatriz na face”. Ocorre que o julgamento do magistrado não está adstrito ao verificado no exame pericial complementar. As fotografias que instruem dito exame, conforme já mencionado, demonstram que de fato a lesão corporal perpetrada contra a vítima resultou numa cicatriz permanente em sua face, mas que, nem de longe, é dano estético capaz de submeter a vexame a vítima e, conseqüentemente, qualificar a conduta praticada pelo recorrente. A hipótese se enquadra perfeitamente no delito capitulado no artigo 129, *caput* do Código Penal.

Por outro lado, não merece guarida o requerimento de



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

117

Gabinete Desembargador Antonio de Melo e Lima

desclassificação para a chamada lesão corporal privilegiada, constante no artigo 129, § 4º, do Código Penal, que prevê a diminuição de pena “se o agente comete o crime impellido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima”. Em primeiro lugar, porque a tese do recorrente, segundo o qual ele teria praticado o crime impellido por motivo de relevante valor moral, por estar sendo traído por sua companheira, não tem qualquer amparo nas provas produzidas nos autos. Além de não ter ficado provado que a vítima, de fato, traía o apelante, ciúme não é suficiente para caracterizar a conduta como sendo motivo de relevante valor moral, não havendo o que se falar, mesmo remotamente, em privilégio da conduta praticada pelo apelante.

Ademais, a hipótese de lesão privilegiada, presente no § 4º do artigo 129, se refere às formas qualificadas de lesão corporal, presentes nos §§ 1º, 2º e 3º (grave, gravíssima e seguida de morte). O referido § 4º não se aplica à lesão corporal de natureza leve (*caput* do 129). O caso em tela retrata hipótese de desclassificação para lesão leve (por ausência de deformidade permanente) não para lesão privilegiada.

Nessa ordem de idéias, é imperioso desclassificar a conduta praticada pelo paciente, de lesão corporal gravíssima, para lesão corporal leve.

Passo a enfrentar o argumento do apelante segundo o qual inexistiriam no caso em tela as agravantes reconhecidas na sentença condenatória:

O juízo de 1º grau reconheceu em desfavor do apelante, as agravantes do motivo fútil (por ciúmes) e da embriaguez preordenada.

Tenho que o referido argumento, ao menos em parte, merece guarida.

Restou pacificado no decorrer da instrução que o crime praticado pelo recorrente foi motivado por ciúmes que sentia da vítima, sua antiga companheira. A maior parte da doutrina – corrente à qual me filio – sustenta que o



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

118

Gabinete Desembargador Antonio de Melo e Lima

ciúme não caracteriza motivo fútil capaz de agravar a pena. A respeito, com muita propriedade, Nucci¹ leciona:

“Outra questão que merece destaque é o *ciúme*. Não se trata, para a maioria dos autores, de motivo fútil, pois esse sentimento doloroso de um amor inquieto, egoísta e possessivo, apesar de injusto, não pode ser considerado ínfimo ou desprezível.”

Outro deve ser o destino do argumento do apelante no que se refere à agravante da embriaguez preordenada. As razões recursais sustentam que a embriaguez do recorrente, no momento do crime, teria sido voluntária, porém não preordenada.

Contudo, conforme se extrai dos autos, a atitude do apelante vai um pouco mais além do que a simples embriaguez voluntária, pois, segundo o seu próprio depoimento (fl. 41), ele só praticou o crime porque estava embriagado, o que denota que sua embriaguez era preordenada. Corrobora tal posição a opinião de Nucci² a respeito da finalidade da referida agravante.

“A finalidade da maior punição é abranger pessoas que, em estado de sobriedade, não teriam agido criminosamente.”

Passo à nova dosimetria da pena:

Na 1ª fase, adoto a análise feita na sentença a respeito das circunstâncias judiciais, que se mostraram desfavoráveis ao apelante, razão pela qual fixo a pena-base em 10 (dez) meses de detenção.

Na 2ª fase, havendo concurso entre circunstância agravante e atenuante, determino seja agravada a pena em 02 (dois) meses por conta da circunstância prevista no artigo 61, inciso II, alínea “I”, ao passo que atenuo a pena

¹ Guilherme de Souza Nucci. *Código Penal Comentado*. 7ª ed. RT, São Paulo, 2007, p.382.

² Guilherme de Souza Nucci. *Código Penal Comentado*. 7ª ed. RT, São Paulo, 2007, p.388.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

119

Gabinete Desembargador Antonio de Melo e Lima

também em 02 (dois) meses haja vista a circunstância presente no artigo 65, III, alínea "d", ficando, dessa forma, compensada uma pela outra.

Não havendo causa de aumento ou diminuição, **fixo a pena definitiva em 10 (dez) meses de detenção**, a ser cumprida em regime aberto. Não há o que se falar em substituição, tendo em vista que o crime foi cometido com violência contra a pessoa.

Em face de todo o exposto, voto pelo **provimento parcial** do apelo, para que seja reclassificada a conduta praticada pelo recorrente, de lesão corporal gravíssima para lesão corporal leve, com a redução da pena privativa de liberdade para 10 (dez) meses de detenção, em regime aberto.

É como voto.

Recife, 17 de Agosto de 2009.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0155547-5

COMARCA : RECIFE – 1ª VARA CRIMINAL
APELANTE : JOSÉ ALMIR PEREIRA DE LIMA
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
RELATOR : DES. ANTONIO DE MELO E LIMA
REVISOR : DES. NIVALDO MULATINHO FILHO

120

VOTO DO REVISOR

Insurge-se a defesa de JOSÉ ALMIR PEREIRA DE LIMA, contra sentença do Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal, da Comarca do Recife, que o condenou a pena de 03 (três) anos de reclusão, a ser cumprida em regime aberto, como incurso no art.129, § 2º, IV, do Código Penal.

Narra a denúncia, que o apelante no dia 19 de março de 2000, por volta das 20:30 horas, efetuou vários socos e pontapés em Tarciana Carvalho Pereira Callado, sua ex-companheira, no terminal de ônibus de Córrego de Areia, em Nova Descoberta, nesta Cidade.

Em seu arrazoadado de fls. 124/134, a defesa pleiteia, resumidamente, a desclassificação de lesão corporal gravíssima para lesão corporal privilegiada, a inexistência das agravantes aplicadas e por derradeiro, a prescrição retroativa.

O Órgão Ministerial contrarrazou, às fls. 137/143, pugnando pelo improvimento do apelo, aduzindo que os argumentos da defesa atentam contra a verdade dos autos.

O acusado/ora apelante aponta divergência em relação as lesões descritas, nos laudos inicial (fls. 23) e complementar (fls. 31), argumentando que a lesão representada na análise complementar, não teria sido examinada na análise inicial, afirmando que a lesão representada no laudo complementar não tem relação alguma com o fato descrito na denúncia.

Aponta também, o apelante, que a lesão descrita na análise complementar, como deformidade permanente, cujo tamanho é de 1 (um) centímetro, não pode se caracterizar como tal.

Detenho-me no exame da qualificadora da deformidade permanente, vez que é o que se apresenta como mais relevante na hipótese dos autos. Os exames médicos, realizados na pessoa da vítima, concluíram pela ocorrência da deformidade permanente, inclusive o exame complementar, que tornou decisiva a decisão condenatória.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
171
121

A doutrina entende como deformidade permanente, aquela capaz de chamar a atenção de plano, constrangedora para a vítima, criando-lhe vexame e até humilhação. E isso é ainda mais grave quando se trata de pessoa do sexo feminino.

No caso em análise, o primeiro exame realizado na pessoa da vítima, a lesão foi assim descrita pelos peritos:

"...Ferida suturada com bordos equimizados, irregulares e edemaciados na região orbitária inferior direita medindo cerca de 20mm. Edema e equimose vermelho-arroxeados nas regiões orbitárias e no lábio inferior à esquerda..." (laudo de fls. 23).

Já na análise complementar, assim se manifestaram os médicos legistas:

"...Ferida suturada com bordas.....Realizamos documentação fotográfica" (fls. 31 e V).

As fotografias mencionadas no laudo estão às fls. 94. As fotografias apresentam-se nítidas onde não é possível identificar a lesão de que trata o laudo. É possível, quem sabe, que a vítima apresente alguma cicatriz no rosto, na região orbitária ou na malar, como consta no laudo. Mas as fotos, objeto de prova, pois é parte integrante do laudo, estão muito longe de revelar qualquer cicatriz e, muito menos, que cause vexame ou constrangimento à vítima.

A matéria está pacificada na jurisprudência:

"A deformidade é algo que deve ser constatado a olho nu. Daí a necessidade de fotografia nos autos para sua comprovação. Ela deve provocar uma sensação de repulsa, decorrente da transformação do visual da vítima" (TJSP – Ap. Crim. 31.865-3 – Rel. Dês. REZENDE JUNQUEIRA – 2ª C. Crim. – J. 12.11.84 – Um.) (RT 593/330).

Diante desses argumentos, merece agasalho o pleito defendido pelo apelante, ante a inexistência de deformidade permanente, em desclassificar o crime de lesão corporal gravíssima, para lesão corporal leve.

De outra feita, não merece agasalho a pretensão da defesa, ao requerer a desclassificação do delito para lesão corporal privilegiada, como prevê o art. 129, § 4º, do CP, para diminuir a pena imposta ao acusado. Argumentou o réu que sua companheira estava lhe traindo e por esta razão, praticou o crime impulsionado por motivo de relevante valor moral.

Constato que, contrariando o que alegou o apelante, não ficou configurado diante das provas carreadas nos autos, que a vítima tivesse traído o

Mrba/.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



122

apelante JOSÉ ALMIR PEREIRA DE LIMA. Como também, o ciúme não é considerado capaz de ensejar uma conduta como sendo motivo de relevante valor moral.

Quanto ao argumento da defesa em questionar que no crime em questão, não cabe a incidência das agravantes de motivo fútil (ciúme) e embriaguez preordenada, as quais, foram consideradas pelo Magistrado sentenciante.

Extraí-se dos autos que o acusado, ora apelante, praticou o delito, impulsionado pelo ciúme fora de controle, que nutria pela vítima e sobre essa matéria há correntes jurisprudenciais e doutrinárias que não consideram o ciúme como traço peculiar do motivo fútil, para que se agrave a pena do agente.

Constato que o acusado ao praticar o crime de lesão corporal, o fez motivado pelo ciúme, este delito pode ser considerado como injusto, mas não como fútil, para qualificar o tipo penal.

Nesse sentido a jurisprudência pacifica:

"O ciúme, entendido como fonte de paixão, não pode ser considerado motivo fútil para qualificar o homicídio." (TJRJ – RCr. 83/81 – Rel. Des. OSSIAN FRANÇA – 2ª c. Crim. – J. 17.9.81 – Um.) (RT 563/351).

De outra banda, Juiz "a quo", ao decidir, considerou como agravante o estado de embriaguez do réu, entendo que razão lhe assiste, pois restou comprovado no decorrer do processo, que antes de cometer o delito, o acusado, ora apelante, embriagou-se com a intenção de perpetrar a investida contra a vítima.

Segundo o art. 61 do Código Penal, prevê como agravante genérica da pena, a embriaguez preordenada.

Diante do sistema penal em vigor, a embriaguez preordenada é caracterizada pela intenção em que o agente se coloca nesse estado para a prática do crime, ou seja, o agente premedita o delito, o que faz a sua conduta ser mais agravada. Através do depoimento do acusado, ele só teria cometido o crime, porque estava sob o efeito do álcool.

Por derradeiro, a defesa alega que a pretensão punitiva estatal foi contaminada pela prescrição retroativa.

Segundo nossa Lei Penal, quando a pena é fixada acima de 02 (dois) anos e não excedendo a 04 (quatro), esta prescreve em 08 (oito) anos, só no caso em que decorridos mais de oito anos entre a pronúncia e a sentença condenatória, é que estará punibilidade a punibilidade pela ocorrência da prescrição. E no caso em tela, a pena cominada ao acusado foi de 03 (três) anos

Mrba/.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



de reclusão, e conseqüentemente, como prevê o art. 109, inciso IV, prescreverá em 08 (oito) anos, Sendo assim, ainda encontrasse vigente a faculdade da pretensão punitiva do Estado executar em relação ao fatos narrados na inaugural acusatória.

Em face do art. 59 do Código Penal, verifica-se que as circunstâncias judiciais não são favoráveis ao acusado, na análise de sua conduta social e de sua personalidade, nos deparamos com um individuo violento e agressivo, inclinada à prática da agressão física, fixo a pena-base em 10 (dez) meses de detenção. E havendo concurso entre circunstância agravante e atenuante, decido que a pena seja agravada em 02 (dois) meses em razão da particularidade contida no art. 61, inciso II, alínea "1", e atenuo a pena em 02 (dois) meses com relação a particularidade contida no art. 65, III, alínea "d".

Portanto, fixo a pena definitiva em 10 (dez) meses de reclusão em razão de não haver causa de aumento ou diminuição. O regime de cumprimento da segregação é o semi-aberto. Não há que se falar em substituição da pena privativa de liberdade, pois o delito foi cometido com violência contra pessoa (art. 44, I, do CP).

Verifica-se que, com a reclassificação acima configurada, ocorreu tanto a **prescrição retroativa quanto a prescrição subsequente**.

O fato delituoso ocorreu em 19 de março de 2000. A Denúncia foi recebida em 06 de setembro de 2000 (fls. 36) e a Sentença condenatória foi proferida em 30 de novembro de 2006 (fls. 117). Constata-se, assim, que decorreram **mais de 06 (seis) anos** entre os referidos marcos interruptivos. Face à reclassificação acima referida, com a consequente redução da pena do Recorrente para **10 (dez) meses de detenção**, a qual prescreve em **02 (dois) anos** (arts. 107, IV e 109, VI, ambos do CP), ocorreu a prescrição da pretensão punitiva do Estado, prescrição que declaro de ofício. A prescrição subsequente também ocorreu já que a data da Sentença condenatória é de 30.11.2006, ocorrendo a prescrição em 29.11.2008.

Diante do exposto, meu voto é pelo provimento parcial do apelo, para reclassificar a conduta praticada pelo apelado, de lesão corporal gravíssima para lesão corporal leve, com a conversão da pena privativa de liberdade, para 10 (dez) meses de detenção, em regime inicial semi-aberto. Declaro, ainda, de ofício a **extinção da punibilidade** pela ocorrência da prescrição, nos termos acima referidos.

É como voto.

Recife, 17 de dezembro de 2009.

Des. Nivaldo Mulatinho Filho

REVISOR